

*Artigos Originais***A GLOBALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA ANÁLISE DA MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL DOS ESTUDANTES DA UNESP – CÂMPUS DE FRANCA***Original Articles***THE GLOBALIZATION OF KNOWLEDGE: AN ANALYSIS ON THE INTERNATIONAL MOBILITY AMONG STUDENTS OF UNESP – CÂMPUS FRANCA**

Orlineya Maciel Guimarães*

<http://lattes.cnpq.br/2521159186957348>neya@franca.unesp.br

CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#) 

RESUMO

No ambiente da Universidade, a mobilidade estudantil na graduação traz oportunidades de mudanças na área do comportamento humano, nos relacionamentos interpessoais e mudanças de paradigmas existentes em relação à educação superior, além de um melhor preparo do egresso dos cursos. O conceito de preparo de um cidadão crítico, reflexivo e preparado para o mercado de trabalho local dá lugar para a preparação de um cidadão planetário, ou seja, aquele que terá contato com várias culturas e metodologias de ensino diferentes da sistemática brasileira. A mobilidade já é contemplada entre as universidades européias, através da Declaração de Sorbonne (1998) e da Declaração de Bolonha (1999), que permitem ao aluno europeu cursar num sistema de créditos (ECTs) que poderá ser validado em qualquer universidade européia participante do acordo. Contudo, nem todas as universidades são participantes deste acordo. O objetivo da comunidade européia foi fortalecer seus estudantes para capacita-los no mercado de trabalho europeu. A Unesp, a exemplo disto, tem possibilitado a mobilidade estudantil através de legislações específicas visando à manutenção do seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), melhorando e aperfeiçoando o perfil do estudante, que em contato com novas culturas e metodologias de ensino pode acrescentar em seu currículo uma bagagem que certamente não teria se cursasse apenas a graduação. Em levantamento efetuado, observa-se que a Unesp Franca, em 7 anos (2006-2013), encaminhou 32 aluno/ano de todos os cursos de graduação, com destaque para o

* Supervisora da Seção Técnica de Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP (Câmpus de Franca). Graduada em Letras, com Pós-graduação em Arte e Educação pelo Centro Universitário Claretiano de Batatais - SP.

curso de graduação em Relações Internacionais, que enviou 22 alunos/ano contra 0,8 aluno/ano do curso de Serviço Social. A mobilidade não ocorre somente com alunos que vão à Europa ou a outros países da América Latina, mas também com o recebimento de alunos estrangeiros, geralmente da África e da América Latina, contribuindo para a internacionalização local. Concluímos que a mobilidade internacional gera a melhoria no comportamento acadêmico, levando as Universidades a equalizarem suas metodologias de ensino para que esta possibilidade possa ocorrer. Ademais, a internacionalização beneficia todos, mesmo quem não participa dos estudos no exterior, uma vez que os que retornam transmitem suas experiências.

Palavras-chave: internacionalização da graduação. intercâmbio internacional. mobilidade estudantil.

ABSTRACT

In the environment of the University, student mobility at graduation give opportunities for changes in the area of human behavior, interpersonal relationships and changes of paradigms with regard to higher education, in addition to a better preparation of the egress. The concept of preparing a critical citizen, reflective and prepared for the local job market gives place to the preparation of a planetary citizen, i.e., one who will have contact with various cultures and different teaching methodologies. Mobility is already contemplated between the European universities, through the Sorbonne Declaration (1998) and Bologna Declaration (1999) which allows students to attend a European credit system (ECTs) which may be validated in any European University signatory of the agreement. However not all universities are participants of this agreement. The European Community's objective was to strengthen its students, to enable them on the European labor market. The Unesp, like this, has made possible the student mobility, through specific legislation, aiming to maintain your tripod: teaching, research and extension, improving and optimizing the student profile, which in contact with new cultures and teaching methodologies can add in your resume a baggage that certainly wouldn't have if only course the graduation. In sarch, it is observed that the Unesp Franca, in 7 years (2006-2013) sent 32 students per year, of all the under graduation degree courses, especially in of International Relationships, that sent 22 students per year, versus 0,8 student/year, of Social Service. Mobility is not only for students who go to Europe or other Latin American countries, but also receiving foreign students, usually from Africa and Latin America, contributing to the local internationalization. We concluded that the international mobility generates improvement in academic performance, leading universities to equalize their teaching methodologies so that this possibility can occur. Moreover, the internationalization benefits everyone, even those who does not participate in study abroad, since that who return convey their experiences.

Keywords: internationalization of undergraduate education. international exchange. student mobility.

INTRODUÇÃO

A Globalização traz consigo grandes desafios em todos os sentidos, seja na área tecnológica, no comportamento humano, nos relacionamentos interpessoais e nas mudanças dos paradigmas existentes. Certamente as reflexões acerca destes paradigmas estão transformando vários conceitos, principalmente na questão da formação de cidadãos críticos, reflexivos e que dominem ou tenham acesso ao conhecimento global e ao papel do indivíduo na sociedade. Como podemos pensar a relação didático-pedagógica sem que nossa forma de pensar a educação não se torne algo fragilizado e sem sentido? Em busca de uma unificação do ensino superior, com objetivo de facilitar a mobilidade estudantil, várias Universidades brasileiras permitem ao aluno cursar disciplinas no exterior, obtendo, com isso, não só a experiência e vivência em outro país (o contato cultural), mas também a oportunidade de conhecer metodologias de ensino diferentes da sistemática brasileira. A Unesp, Câmpus de Franca, visando a manutenção de seu tripé (ensino, pesquisa e extensão), participa ativamente deste processo. Através de Resoluções Internas, permite que o estudante curse, ainda em nível de graduação, disciplinas em Universidades estrangeiras com possibilidade de convalidação/aproveitamento de créditos no seu curso de origem.

Esta mobilidade tem como resultado a formação de profissionais em Relações Internacionais capazes de compreender e intervir no debate contemporâneo e na formulação de políticas públicas – ou seja, um profissional capaz de interpretar as relações internacionais num mundo globalizado.

A Declaração de Bolonha, celebrada em junho de 1999, trazia o objetivo principal de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do ensino superior. Para assegurar que o sistema europeu do ensino superior conseguisse adquirir um grau de atração mundial semelhante ao das suas extraordinárias tradições cultural e científica, delinearam-se objetivos a serem atingidos na primeira década do terceiro milênio (Declaração de Bolonha), entre elas a duração dos cursos e um sistema de transferência de créditos (ECTS) que permite ao aluno aproveitá-los em qualquer Universidade Européia. A Unesp, câmpus de Franca, que hoje encaminha cerca de trinta e cinco/ano para o exterior nestas condições, não é

uma exceção entre as Universidades brasileiras. O Brasil, embora não seja participante deste acordo, já contempla este sistema, fazendo com que o aluno possa, inclusive, possuir um duplo Diploma nestas condições. Este fator, ao contrário, favorece o estudante brasileiro a cursar disciplinas no exterior, com bolsa de estudo, trazendo um ganho favorável a sua vida profissional, bem como o preparando para um mercado competitivo de trabalho.

Ainda há falhas no processo, tendo em vista que nem todos os cursos possuem uma política de aproveitamento de créditos favorável ao aluno. Já para as Universidades, o número de alunos encaminhados ao exterior as favorece no ranking das melhores Universidades, ou seja, nem todas as Instituições possuem convênios firmados com Universidades do Exterior, possibilitando esta experiência a seus alunos. Ressaltamos que esta possibilidade é uma via de mão dupla, ou seja, alunos do exterior também podem cursar disciplinas em Universidades brasileiras. Observa-se, porém, que poucos são os estudantes Europeus e da América do Norte que optam por vir ao Brasil nestas condições, de modo que alunos oriundos de outros países da América Latina e da África representam a maioria nestes casos. De acordo com Delors (1996), a globalização traçou um novo mapa econômico, surgindo novos pólos, sendo que os problemas na economia mundial não podem ser tratados da mesma maneira – ou seja, a África e a América Latina necessitam de subsídios específicos para participar do desenvolvimento destas relações econômicas. Dessa forma, a mobilidade do ensino traz um ganho na preparação de jovens para um mercado global de trabalho. Além disso, a globalização constitui redes científicas e tecnológicas ligadas entre si, o que agrava ainda mais a situação destes países. Situação que abre uma série de discussões acerca da educação no ensino superior, sobre a qualidade do ensino e a forma como isto tem sido tratado pelas Universidades e absorvidas pelos alunos e o preparo para o mercado de trabalho.

BASES DO CONHECIMENTO

Podemos dizer que esta mobilidade integra o aluno ao ambiente global. Segundo Morin (2005), necessitamos civilizar nossas teorias, ou seja, desenvolver

nova geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocrítica, aptas a se auto-reformar. Desta forma, é importante integrar o estudante na problemática mundial, de forma não especializada e nem fechada em disciplinas acadêmicas (componentes de um projeto pedagógico que restringe o conhecimento apenas no contexto palpável), expandindo o conhecimento de forma que os problemas mundiais, os conceitos e definições trabalhados no âmbito planetário estejam ao alcance de todos. Em busca desta vivência e deste conhecimento está o jovem que procura esta mobilidade, pois é somente através desta que poderá adentrar as demais universidades, ter contato diário com culturas e problemáticas de outros países, tanto no campo socioeconômico como na questão da própria educação si. Podendo, com isso obter amplitude nos seus conceitos básicos acerca do mundo, amadurecendo o conhecimento e, podendo, inclusive, realizar uma análise mais abrangente das situações de seu mundo pessoal. “Os problemas fundamentais e os problemas globais estão ausentes das ciências disciplinares. São salvaguardados apenas na filosofia, mas deixam de ser nutridos pelos aportes das ciências.” (MORIN, 2005, p. 10).

Diante da afirmação de Morin, podemos refletir sobre a importância de o aluno cursar disciplinas no exterior, não somente pelo fato do contato cultural, mas também para que este seja inserido numa nova ótica de ensino, uma vez que as abordagens realizadas pelos docentes de outros países, bem como a bibliografia base, concretizam um contexto diferenciado, possibilitando esta reflexão mais ampla.

Nestas condições a formação de um cidadão planetário é a grande novidade, pois hoje os problemas ocorrem de maneira global, cabendo a cada cultura resolvê-los dentro de seus paradigmas, ao passo que, como cidadão do mundo globalizado, cabe ao estudante fazer suas análises e reflexões acerca das problemáticas apresentadas, podendo manifestar-se de forma sólida e segura.

Considerando que, ainda, 30% da população brasileira não tem acesso à educação básica, e apenas parte da população possui acesso à Universidade, dentre estas, um percentual mais baixo ainda ingressa na Universidade pública. Nesse contexto, a oportunidade de realização de intercâmbio internacional é um fator de ganho no mercado de trabalho competitivo.

Somente no ano de 2011 foram encaminhados 35 alunos de graduação da Unesp para diversos países: Alemanha, França, Itália, Canadá, Argentina, Portugal e Espanha; nos últimos 7 anos, em torno de 150 alunos já tiveram esta oportunidade.

Os que ficam não estão de todo ausentes da internacionalização, haja vista que todos os alunos a Unesp Franca recebem, em média, quatro alunos estrangeiros para cursar disciplinas por um semestre letivo, havendo, portanto esta integração internacional – além do fato de o câmpus contar com 4 alunos do convênio Programa Estudante Convenio Graduação (PEC-G), alunos oriundos do continente Africano para cursarem a graduação completa, ou seja, permanecem entre os alunos por, no mínimo, 4 anos da graduação. Além, é claro, da integração com os colegas de classe que estão no exterior e compartilham suas experiências, estimulando os demais na realização desta possibilidade.

QUADRO 1 - DADOS DE INTERCÂMBIO 2006 -2013									
Curso	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
História	1	0	4	1	0	2	2	2	12
Direito	5	9	7	2	0	3	4	2	32
Serviço Social	0	2	0	3	0	3	0	2	10
Relações Internacionais	0	9	16	30	15	12	34	38	154
Total	6	20	27	36	15	20	40	44	208

Fonte: Seção Técnica de Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Estas mudanças de paradigmas, principalmente no curso de Relações Internacionais, possibilitam a abertura de um conceito de cidadão brasileiro para o conceito de cidadão planetário, permitindo a inserção não só no campo de trabalho, mas também na continuidade da pesquisa em nível de mestrado e doutorado por parte dos alunos que, neste contexto, são estimulados pelos próprios docentes do curso a dar continuidade aos estudos acadêmicos com o aproveitamento da oportunidade que tiveram.

Embora alguns autores afirmem que, na lógica de mercado, a educação torna-se um produto a ser consumido por quem demonstrar vontade e competência para adquiri-la, em especial a educação ministrada nos níveis médio e superior (SANFELICE, 2003), é notório que os ingressantes na Universidade pública, em torno de 97%, são provenientes de escola privada; deste modo, não há como negar que os alunos que possuem acesso à mobilidade estudantil, em sua grade maioria, são alunos de boa condição financeira. O processo de mobilidade conta, ainda, com bolsas de estudo para alunos de baixa renda, que possuam Bolsa Auxílio na unidade, vinculados à pesquisa de graduação, contribuindo, com isso, para que alguns discentes nestas condições tenham melhores perspectivas. Contudo há que se ressaltar que ainda faltam políticas públicas internas que consigam aumentar este percentual, não só de alunos que tenham esta oportunidade, mas também para aqueles cuja renda não é suficiente para sua manutenção no exterior por seis meses – de modo que estes últimos não estejam impossibilitados de fazê-lo.

UM CIDADÃO PREPARADO PARA O MERCADO DE TRABALHO

A Declaração de Bolonha (1999) foi elaborada após a Declaração de Sorbonne¹ (1998), que incentivou as universidades Europeias a unificarem os sistemas de ensino superior, dando mais liberdade aos acadêmicos para cursar disciplinas em várias Instituições, criando, para isto, um sistema de transferência de créditos (ECTs) pelo qual é possível a equivalência nas demais instituições, visando *promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e competitividade do Sistema Europeu do Ensino Superior*. A Declaração tem como objetivos a serem alcançados:

1. Adoção de um sistema baseado essencialmente em duas fases principais, a pré-licenciatura e a pós-licenciatura. O acesso à segunda fase deverá requerer a finalização com sucesso dos estudos da primeira, com a duração mínima de 3 anos. O grau atribuído após terminado a primeira fase deverá também ser considerado como sendo um nível de habilitações apropriado para ingressar no mercado de trabalho Europeu. A segunda fase deverá conduzir ao grau de mestre e/ou doutor, como em muitos países Europeus.

¹ Signatários: França, Alemanha, Itália e Reino Unido.

2. Criação de um sistema de créditos - tal como no sistema ECTS - como uma forma adequada de incentivar a mobilidade de estudantes da forma mais livre possível. Os créditos poderão também ser obtidos em contextos de ensino não-superior, incluindo aprendizagem feita ao longo da vida, contando que sejam reconhecidos pelas Universidades participantes.

3. Incentivo à mobilidade por etapas no exercício útil que é a livre circulação, com particular atenção:

- aos estudantes, o acesso a oportunidades de estudo e de estágio e o acesso aos serviços relacionados;
- aos professores, investigadores e pessoal administrativo, o reconhecimento e valorização dos períodos em ações Europeias de investigação, letivas e de formação, sem prejudicar os seus direitos estatutários.

4. Incentivo à cooperação Europeia na garantia da qualidade com o intuito de desenvolver critérios e metodologias comparáveis;

5. Promoção das necessárias dimensões a nível Europeu no campo do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento curricular; cooperação inter-institucional, projetos de circulação de pessoas e programas integrados de estudo, de estágio e de investigação.

No ano de 2010, no I Fórum de Internacionalização da Unesp, as Pró-Reitorias deram o pontapé inicial na internacionalização, criando para isto a Resolução Unesp nº 18/2010 e o Escritório de Relações Internacionais, que fica a cargo dos trâmites necessários para esta internacionalização.

A Resolução anterior, nº 125/2003, não contemplava várias questões exigidas no processo de internacionalização, tais como: convalidação de créditos, situação académica do intercambista e duplo diploma. Naquele momento foi possível abrir um leque maior de oportunidades aos alunos, principalmente do curso de Relações Internacionais, já que a Resolução dá mais amplitude ao processo de retorno:

Artigo 4º – O aluno deverá indicar o curso e as atividades que pretende frequentar e submeter à apreciação prévia do Conselho de Curso de Graduação e deliberação da Congregação da Unidade ou do Conselho Diretor dos Campus Experimentais, um “Contrato de Estudos” com a relação dos componentes curriculares que realizará no exterior, seus programas e carga horária.

§1º – Os Conselhos de Curso deverão considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§2º – Os componentes curriculares constantes dos Contratos de Estudo aprovados, de conformidade com o *caput* do artigo, serão, uma vez cumpridos, aproveitados e incluídos no Histórico escolar do aluno.

§3º – A eventual solicitação de prorrogação do período de estudos inicial de um semestre na instituição estrangeira deverá ser encaminhada pelo aluno para apreciação do Conselho de Curso, mediante um novo Contrato de Estudos, ao qual serão aplicadas as mesmas regras do Contrato original.

§4º – Cabe ao Conselho de Curso apreciar a realização de intercâmbio por parte de alunos que cursam disciplinas anuais quanto à possibilidade de complementação de estudos e avaliação da aprendizagem, relativamente às aulas que o aluno tiver deixado de frequentar devido ao intercâmbio.

§5º – O aluno poderá realizar no exterior no máximo 25% do total de créditos, ou horas, de seu curso da UNESP. (UNESP, 2010, p. 110).

Desta forma, a segurança do retorno e a convalidação do semestre letivo, no qual o aluno esteve ausente, uma vez que sua permanência no exterior conta para o tempo total do curso, permitem que a mobilidade se torne interessante para o aluno, não somente no sentido do aprendizado e da troca de experiência, mas também no tocante à continuidade de seus estudos, já que tal situação não aferirá prejuízos acadêmicos. Além do que, o curso promovendo esta convalidação semestral, cumpre o papel de formar cidadãos globalizados, capazes de refletir acerca da problemática mundial e ter seus próprios conceitos, preparando-os para o mercado de trabalho com um quesito diferenciado de várias Instituições de Ensino, inserindo o acadêmico num contexto mundial.

Ressaltamos que alguns alunos têm a oportunidade, inclusive, de continuar seus estudos no exterior através deste contato na graduação, conseguindo acessar o caminho da pós-graduação com sucesso.

Estas ações da Instituição Unesp favorecem o enriquecimento dos conteúdos programáticos, primeiramente estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso, além de ir ao encontro do acordo de Bolonha, favorecendo um diferencial ao aluno para inserção do mercado de trabalho, que, no Brasil, hoje, é notório que cerca de 50% dos jovens que saem da universidade não conseguem emprego, tendo em vista a grande competitividade do mercado – ou seja, somente aqueles preparados em uma Universidade renomada, com potencial e um diferencial em seu currículo, poderão, a curto prazo, ingressar neste mercado com salários satisfatórios.

Infelizmente, não há um levantamento formal dos egressos do curso de Relações Internacionais; porém, informalmente, podemos afirmar que a maioria deles é muito bem empregada em empresas privadas, consulados, docentes em Universidades Públicas – além daqueles que continuaram sua vida acadêmica em nível de mestrado e doutorado, retornando à Unesp Franca como membro de bancas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos da graduação, dando, com isso, um *feedback* positivo ao curso, que hoje se destaca entre os melhores do país.

CONCLUSÃO

O intercambio internacional, iniciado na Europa no final do século XX, gerou uma melhoria no comportamento acadêmico, fazendo com que as Universidades conseguissem equalizar suas metodologias de ensino, bem como suas grades curriculares para que esta mobilidade pudesse acontecer. O objetivo inicial era capacitar os jovens universitários para o mercado de trabalho, de forma a estabelecer um padrão diferenciado dos demais continentes, mantendo a taxa de empregabilidade.

Contudo esta mobilidade favorece aos países menos desenvolvidos que também possuem a oportunidade de encaminhar seus jovens aos estudos nas principais Universidades Européias, fazendo com que este diferencial possa refletir no processo socioeconômico, formando, em outros países jovens capacitados para trabalharem em seu país de origem, com conteúdos mais elaborados, podendo com isso, favorecer o ensino aos que não conseguiram tal oportunidade.

A África do Sul e a América Latina são exemplos destes jovens que partem de seus países em busca desta qualidade de ensino.

A Unesp como um todo, promovendo esta mobilidade faz o mesmo caminho, levando seus alunos a obterem um diferencial em seu currículo para sua inserção no mercado de trabalho.

Observamos também que, quando da abertura desta mobilidade a alunos estrangeiros, em sua grande maioria, migram para o Brasil (Unesp) alunos oriundos

de países Latinos e Continente Africano, ou seja, países menos desenvolvidos que o Brasil com esta mesma finalidade.

Mostrando, portanto, que a internacionalização beneficia a todos, ou seja, quem vai e quem vem uma vez que o processo tem como objetivo primeiro formar cidadãos capacitados em suas competências intelectuais, formadores de opiniões, transmissores deste conhecimento global e um jovem competitivo e inserido no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

DELORS, J. et al. **Educação, um tesouro a descobrir**: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 2. Ed. Porto: ASA/UNESCO, 1996.

FRANÇA et al. **Declaração de Sorbonne**. Paris, 1998. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CFoQFjAE&url=http%3A%2F%2Fsigarra.up.pt%2Ffeup%2Fpt%2Fnoticias_geral.noticias_cont%3Fp_id%3DF1633581143%2FSorbonne.pdf&ei=5b6cUsP6PJHsoATFvoDIBw&usq=AFQjCNFFc8zjwb3Q6d1Dr4DZbRnfhghw&sig2=RxvSOB4gxHZy-8iYZSsWAA&bvm=bv.57155469,d.cGU>. Acesso em 02 dez. 2013

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2005.

SANFELICE, Jose Luis. Pos-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, Jose Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**: história, filosofia e temas transversais. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados : HISTEDBR; Caçador: Ed. UnC, 2003.

UNESP. Resolução Unesp nº 18, de 30 de março de 2010. Dispõe sobre o Programa de intercâmbio de Alunos de Graduação e estabelece normas para o reconhecimento de atividades acadêmicas desenvolvidas em instituições estrangeiras de ensino superior conveniadas ou não com a UNESP. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, 31 mar. 2010. p. 110.

UNIÃO EUROPÉIA. **Declaração de Bolonha**. Bolonha, 1999. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDwQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.ond.vlaanderen.be%2Fhogeronderwijs%2Fbologna%2Flinks%2Flanguage%2F1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf&ei=ML6cUg3yLuqosASVtoEI&usq=AFQjCNFJEXPxQCZXaftOSZCDnHhAASIV7g&sig2=gzeu_3v-Pbp9T7xt2XVGlw&bvm=bv.57155469,d.cWc>. Acesso em: 02 dez. 2013.

Artigo recebido em: 14/10/2013.
Aprovado em: 24/10/2013.